

MARAJÓ – UM NAVIO DE PAZ E DE GUERRA

Apio Claudio Beltrão¹

A grande ilha situada na foz do rio Amazonas, cujo nome, em tupi, significaria “anteparo do mar”, inspirou a denominação do navio Marajó.

Seu projeto iniciou-se em 1883, com base nos planos elaborados pelo Capitão-Tenente Engenheiro Naval João Cândido Brasil, em 1883. Foi construído no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Teve a quilha batida em 1884. Sua incorporação à esquadra ocorreu em 24 de outubro de 1885, na gestão do Ministro da Marinha Conselheiro Dr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves (Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1844 – Rio de Janeiro, 16 de maio de 1894), filho de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, Barão de Quaraí. Foi lançado ao mar dois meses depois, em 24 de dezembro de 1885.

Registre-se que, nessa época, a construção naval no Brasil achava-se na fase de transição da madeira para o ferro. Em 24 de março de 1884, na presença do Imperador Dom Pedro II, do Ministro da Marinha Dr. Antônio de Almeida e Oliveira e de muitos oficiais de mar e terra, tinham sido inaugurados, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o Museu de Marinha e uma oficina para construção de ferro e aço que representou significativo avanço na construção naval militar brasileira. O primeiro navio de guerra construído com casco em ferro e aço, em lugar da madeira, foi a canhoneira a vapor Iniciadora. Mas o navio Marajó, cujo casco ainda compreendia madeira, estava posicionado em uma etapa intermediária de evolução técnica.

Seguem-se as principais características do navio Marajó. Deslocava 440 toneladas. Suas dimensões eram 43,34 metros de comprimento, 39,65 metros de comprimento entre perpendiculares, 9,71 metros de boca, 2, 85 metros de pontal e 2,10 metros de calado. Seu casco era de madeira e ferro, do tipo chamado de compósito. Arvorava dois mastros. Sua propulsão era mista, mediante velas ou por meio de máquina alternativa a vapor, com 400 cavalos-vapor de potência, que acionava uma hélice. Tinha uma chaminé. Sua velocidade alcançava 10 nós, ou seja, 10 milhas marítimas ou 18.530 metros por hora. Seu armamento consistia em dois canhões Armstrong 80 do calibre de 165 milímetros, dois canhões [Armstrong ou Nordenfeldt] de tiro rápido, do calibre de 37 milímetros, uma ou duas metralhadoras Nordenfeldt do calibre de 25 milímetros e um tubo lança-torpedos. De acordo com a Ordem do Dia nº 89, de 27 de novembro de 1885, sua tripulação era de

1 Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1964), especialização em Direito Tributário pela PUCRS. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

oitenta e nove praças. Uma fotografia de meados de 1892 mostra sua oficialidade, que nessa ocasião seria constituída de onze componentes.

Pertencendo sem dúvida nenhuma ao gênero das belonaves, como se classificaria o Marajó entre suas diversas espécies? Todas as fontes consultadas, exceto uma, o definiram como canhoneira, classificada na Classe “E”.

Conforme o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 1ª edição, 2001, canhoneira é um navio de pequeno calado, dotado de artilharia grossa e geralmente usado para operações fluviais. Já a enciclopédia “Larousse du XXe. Siècle” conceitua canhoneira como um pequeno navio armado com um ou mais canhões, destinado a servir nos rios ou nas águas costeiras.

Excepcionalmente, João Batista Magalhães, na sua notável obra intitulada A Consolidação da República, referiu o navio Marajó como aviso de guerra.

O citado Dicionário Houaiss consigna como aviso uma embarcação a motor ou a vela, de pequeno porte, usada na força naval para transportar documentos oficiais, vigiar ou escoltar barcos mercantes, podendo, para tal, dispor de armamento.

Diante dessas colocações, sem maior aprofundamento nas distinções estabelecidas pela terminologia especializada, porém com suficiente amparo no histórico do navio, é preferível considerar o Marajó como canhoneira.

A análise das características da canhoneira Marajó, mesmo superficial, revela particularidades interessantes. À vista de seu deslocamento e de suas dimensões, o armamento principal era constituído de canhões de grosso calibre, aos quais se acrescentava um tubo destinado ao lançamento de torpedos automóveis, armamento de invenção recente e, na época, de instalação incomum em navios de guerra de sua espécie. Todavia, o espaço disponível para alojamento deveria proporcionar pouco conforto a uma tripulação relativamente numerosa. Além disso, a impulsão pelo vento, com o emprego alternado de uma máquina de pequena potência, se por um aspecto poderia apresentar as vantagens da economia e do maior raio de ação, por outro implicava no prejuízo do desempenho pela baixa velocidade e pela lentidão da resposta à manobra.

O primeiro comandante da canhoneira Marajó foi o Capitão-Tenente Afonso de Alencastro Graça (Quixeramobim, Ceará, 6 de março de 1849 – Montreux, Suíça, 4 de junho de 1913). Filho do Conselheiro José Pereira da Graça, Barão de Aracati, Afonso ingressou na Escola de Marinha em 1865 e reformou-se como Almirante em 28 de dezembro de 1911.

Sob o comando de Afonso, a canhoneira Marajó fez o serviço sanitário dos portos de Vitória e da Bahia, assim como a sondagem do mar junto ao Arquipélago dos Abrolhos. Nessa oportunidade, o então Chefe-de-Divisão Antônio Luís von Hoonholtz, Barão de Tefé (Itaguaí, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1837 – Petrópolis, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1931) em reconhecimento à descoberta de um baixio nas proximidades da Ilha de Santa Bárbara, fez com que, para fins hidrográficos e cartográficos, fosse ele denominado Banco de Marajó. Com o fim do Império e o advento da República, a hierarquia dos postos da Marinha e do Exército foi modificada e alguns deles tiveram mudada sua denominação, pelo que Chefe-de-Divisão passou a chamar-se Contra-Almirante.

Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a canhoneira Marajó encontrava-se em viagem para incorporar-se à Flotilha de Mato Grosso, o que implicava em navegar pelo Oceano Atlântico, entrar no rio da Prata, subir o rio Paraná até a embocadura do rio Paraguai e prosseguir neste curso d'água até o porto de destino, isto é, Ladário, sede dessa organização naval.

Em 1991, a canhoneira Marajó passou a fazer parte da Flotilha do Rio Grande do Sul.

Esclareça-se que, nessa época, o Estado do Rio Grande do Sul abrigava duas flotilhas da Armada.

A primeira era a Flotilha do Alto-Uruguai, sediada em Itaqui. Fora criada em 1866, em consequência da invasão paraguaia de 1865 e - salvo no curto período de 1871 a 1872, em que esteve incorporada à Flotilha do Rio Grande do Sul - subsistiu até 1906, quando se deu sua extinção.

Entre 11 e 18 de março de 1641, nas águas do rio Uruguai e dos seus afluentes Acarágua e Mbororé feriu-se a primeira batalha fluvial e terrestre de que se tem notícia nessa região. A bandeira paulista capitaneada por Jerônimo Pedroso de Barros era forte de 400 portugueses com armas de fogo e 2.500 flecheiros tupís, além de muitos mestiços, mulatos e negros; foi dito que poderia montar ao efetivo de 400 a 600 mamelucos e mais de 4.000 tupís, embarcados em 700 canoas. Os missioneiros somavam mais de 4.000 índios chefiados pelo capitão-geral Inácio Abiaru, militarmente assistido pelo Irmão Domingos de Torres, da Sociedade de Jesus, com seu armamento nativo reforçado com mais de 300 mosquetes e arcabuzes, além de canhões de taquaruçu retovado de couro; também se disse que os missioneiros foram dirigidos pelos Padres Jesuítas Cláudio Ruyer, Cristóvão Altamirano e Pedro Mola. Depois de oito dias de combates contínuos, os bandeirantes foram derrotados, perseguidos por mais uma semana e finalmente repelidos.

Na Guerra de Artigas, de 1816 a 1820, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves frequentara as águas do Baixo-Uruguai aparelhando uma flotilha de embarcações de pequeno porte. Era comandada pelo então Primeiro-Tenente Jacinto Roque de Sena Pereira (Lisboa, 1784 – Rio de Janeiro, 28 de junho de 1850) e compunha-se, originariamente, da escuna Oriental e das barcas Cossaca, Mameluca e Infante Dom Sebastião. Essa esquadrilha penetrou no rio Uruguai, pela primeira vez, em 2 de maio de 1818.

Escuna era uma embarcação de dois mastros cujas velas principais eram latinas, isto é, velas triangulares ou quadrangulares com um dos lados preso ao mastro. Barca tanto podia ser (a) uma pequena embarcação a vela, de um só mastro, como (b) uma embarcação de maior porte, com três mastros - dos quais os dois mais próximos da proa eram dotados de velas redondas, ou seja, velas quadrangulares presas em vergas, e o da popa, de velas latinas - também chamada brigue-barca, ou ainda (c) uma embarcação larga e rasa, destinada ao transporte fluvial ou costeiro de passageiros ou cargas.

Contudo, o Alto-Uruguai, que já fora invadido por Pantaleão Sotel e Andresito Artigas em 1816, voltou a sê-lo em 1819, novamente pelo citado Andresito.

Durante a Guerra da Cisplatina, o Baixo Uruguai continuou a ser navegado pela flotilha do já então Capitão-de-Fragata Jacinto Roque, a serviço do Império do Brasil. O Vice-Almirante Rodrigo Pinto Guedes, que em 13 de maio de 1826 substituiu o Vice-Almirante Rodrigo Lobo no comando da esquadra brasileira, atribuiu a essa flotilha a designação de Terceira Divisão da Esquadra. As principais embarcações da Terceira Divisão eram seis escunas – Oriental (capitânia), Bertioiga, Leal Paulistana, Dona Paula, Liberdade do Sul e Itapuã - e quatro iates – Nove de Janeiro, Sete de Setembro, Doze de Outubro e Primeiro de Dezembro. A flotilha, nos dias 29 e 30 de dezembro de 1826, na boca do Jaguari, rio Negro, foi atacada por uma esquadra platina ao mando do Almirante William George Brown, mas resistiu com bom êxito e forçou o inimigo a retirar-se. Apesar dessa vitória, viu-se bloqueada por Brown e, ao tentar a saída para o rio da Prata, foi aniquilada no combate de Juncal, travado em 8 e 9 de fevereiro de 1827. Nesse confronto, foram tomadas pelo inimigo as escunas Oriental (capitânia), Brocoió, Dezenove de Outubro e Bertioiga, bem como incendiadas as escunas Itapuã e Liberdade do Sul, além das barcas Dona Januária e Sete de Março, somente escapando do desastre, dentre as embarcações maiores, as escunas Dona Paula e Vitória da Colônia. O chefe Jacinto Roque foi aprisionado.

Iate era uma embarcação de dois mastros com velas latinas, o maior

deles inclinado para trás.

Por sua vez, uma flotilha de setenta e cinco embarcações imperiais, postada no Alto-Uruguai às ordens do Tenente Justo Yegros, não logrou impedir a invasão das Missões Orientais por Frutuoso Rivera, como antes não o fizera em relação às incursões predatórias procedentes das Províncias platinas de Corrientes e Misiones, tais como as empreendidas em 1826 por José Lopes, conhecido como Lopes Chico, e Pedro Gomes Toríbio.

A Guerra do Paraguai ensejou a invasão da Província do Rio Grande do Sul pelos paraguaios, que passaram o rio Uruguai junto a São Borja e terminaram sitiados em Uruguaiana. O cerco foi completado por uma esquadrilha comandada pelo então Primeiro-Tenente do Exército Floriano Vieira Peixoto (Maceió, 30 de abril de 1839 – Rio de Janeiro, 29 de junho de 1895) e composta pelos vapores Onze de Junho, Taquari, Tramandaí, União e Uruguai, além de duas chatas. Os paraguaios renderam-se sem combater, em 18 de setembro de 1865.

Chatas eram embarcações fluviais robustas, de fundo chato, calado pequeno e bordo baixo, quase raso, que tanto podiam ser dotadas de artilharia como serem utilizadas como transportes.

Quando da proclamação da República, a Flotilha do Uruguai compunha-se dos monitores Rio Grande e Alagoas, das canhoneiras Vidal de Negreiros e Tramandaí e da escuna Amélia.

Monitor era um navio de propulsão a vapor ou mista de vela e vapor, encouraçado e de pequeno calado, com finalidade de emprego em operações fluviais ou costeiras.

A segunda das flotilhas sul-rio-grandenses era a Flotilha do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

O canal que liga o Oceano Atlântico com a Lagoa dos Patos foi provavelmente descoberto por Martim Afonso de Souza em 23 de novembro de 1531, sendo denominado Rio Grande de São Pedro.

A fundação de Rio Grande deu-se em 19 de fevereiro de 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Pais, cuja força terrestre fora transportada por uma esquadrilha que tinha como oficial naval de patente mais elevada o Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Carvalho da Silveira e navegava sob a cobertura da esquadra do Coronel-de-Mar Luís de Abreu Prego. O posto de Coronel-de-Mar, na hierarquia da marinha de guerra, foi sucedido pelo de Chefe-de-Divisão, e este pelo de Contra-Almirante.

No referido curso d'água, combateram em 19 de fevereiro de 1776 as esquadras espanhola e portuguesa, esta comandada pelo Coronel-de-Mar Robert Mac Douall, que colheu resultado adverso. Renovada a peleja no dia

1º de abril de 1776, uma divisão naval portuguesa sob as ordens do Capitão-de-Mar-e-Guerra George Hardcastle sagrou-se amplamente vitoriosa, sendo destruídas ou afundadas as embarcações adversárias.

Pode-se dizer que a Flotilha do Rio Grande do Sul teve origem próxima na providência que o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, Marquês de Barbacena, exigiu ao assumir o comando do Exército do Sul, em 2 de janeiro de 1827. Três embarcações deveriam estacionar no Rio Grande do Sul para facilitar as ligações com o Rio de Janeiro e os fornecimentos para a tropa de terra. O posto de Tenente-General equivalia ao atual de General-de-Exército.

Durante a Guerra da Cisplatina, a Lagoa Mirim e seus tributários foram palco de operações navais, sendo decisiva a empenhada em 23 de abril de 1828, ocasião em que a flotilha brasileira do Segundo-Tenente Manoel Joaquim atacou a esquadilha oriental no pontal de São Tiago, derrotando-a na barra do arroio São Luís.

Em 20 de setembro de 1835, quando eclodiu a Revolução Farroupilha, a força da Marinha no Rio Grande do Sul, que se constituía de quatro escunas – Rio-Grandense, Dezenove de Outubro, Pelotas e Porto Alegre, não aderiu aos revolucionários e concentrou-se em Rio Grande. Nesse dia, a escuna Rio-Grandense transportou, de Porto Alegre para Rio Grande, juntamente com sua família, o deposto Presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, tio do precitado Conselheiro Alfredo Chaves.

Durante a guerra civil que perdurou até 1º de março de 1845, muitas ações tiveram lugar nas águas internas ocidentais da Província. A força naval do Império foi comandada, do início de 1836 a setembro de 1838, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra John Pascoe Greenfell (Londres, 20 de setembro de 1800 – Liverpool, 20 de março de 1869); de outubro de 1838 até abril de 1839, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Mariath; e a partir de maio de 1839, novamente por Greenfell, já então promovido a Chefe-de-Divisão. A força naval dos insurgentes, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Joaquim do Couto. E a Marinha da República Rio-Grandense, pelo Capitão-Tenente Giuseppe Garibaldi e pelo Primeiro-Tenente Zeferino Dutra, sucessivamente.

Por ocasião do 15 de Novembro de 1889, a Flotilha do Rio Grande do Sul constituía-se das canhoneiras Camocim e Henrique Dias, que teria baixa em 8 de agosto de 1892. Em 1890, receberia a canhoneira Cananéia e em 1891, como já se disse, também a Marajó, que estava predisposta a protagonizar três episódios marcantes na história do Rio Grande do Sul.

O primeiro desses episódios ocorreu em fevereiro de 1892.

É consabido que os primeiros tempos da República foram

conturbados no Rio Grande do Sul, culminando a crise política com a Guerra Civil de 1893 a 1895. Em 25 de março de 1891, Fernando Abott, no momento exercendo o Governo do Estado, convocou para 5 de maio eleições para a Assembléia de Representantes, nas quais os republicanos castilhistas venceram os seus opositores, republicanos dissidentes e liberais adeptos de Gaspar da Silveira Martins. A Assembléia de Representantes, em 14 de julho, promulgou a Constituição Estadual e elegeu Júlio Prates de Castilhos primeiro Presidente. Em consequência da dissolução do Congresso pelo Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, em 3 de novembro, Castilhos, que a apoiara, viu-se forçado a renunciar à presidência do Estado, fazendo-o no dia 12 desse mês. Assumiu o Governo Estadual uma Junta Governativa composta por republicanos dissidentes da facção castilhista: Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal, General-de-Brigada reformado Domingos Alves Barreto Leite e Deputado Federal e General-de-Brigada Manoel Luís da Rocha Osório. Sentindo-se sem força política, a Junta Governativa aceitou o apoio dos gasparistas e, no dia 17 de novembro, resolveu-se em um novo governo interino, tendo Barreto Leite como Presidente e Barros Cassal como Vice-Presidente. Castilhos, inconformado com sua renúncia, pelo menos desde janeiro de 1892 passou a estimular seus partidários à rebelião.

Em 4 de fevereiro de 1892, deu-se a intentona castilhista. A seguinte transcrição do Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, de autoria do Major Miguel José Pereira, à página 22, proporciona insuspeito relato desse acontecimento:

“(...) A 4 de fevereiro foram mais intensas as notícias do levante, tanto que o general Domingos Alves Barreto Leite, julgando-se menos garantido no Palácio, transferia a sede do Governo para bordo da canhoneira Marajó e a Guarda Cívica, justamente suspeita de abrigar oficiais e sargentos infensos aos dominantes eventuais, foi recolhida à Escola Militar.

Era a prisão disfarçada que se impunha à milícia do Estado, a incommunicabilidade, naquele Estabelecimento, para alguns oficiais.

Tomás Pereira, depositário dos segredos de Castilhos, trabalhando conforme as suas ordens, gozando de acentuadas simpatias na força, esteve a pique de ser fuzilado. As medidas tomadas em relação à sua pessoa eram de molde a se fazer acreditar que se lhe preparava esse desfecho criminoso.

O telégrafo fora atacado na madrugada de 5 por um grupo de imprudentes que, em vez de auxiliarem, comprometiam seriamente a situação dos castilhistas.

Aí morreu o moço Júlio Knorr, vítima do entusiasmo e dedicação partidária.

Chefes republicanos de real merecimento eram presos na capital e localidades do interior, entre os quais o dr. Fernando Abbott, valente propagandista que trabalhava sem descanso para que estalasse o movimento libertador.

A 6 era o quartel da Guarda Cívica, na praia de Belas, ocupado por quinhentos cavalarianos que o Governo, sentindo-se fraco e menos apoiado nas forças militares – porque verdadeiramente só poderia contar com a Escola Militar – mandara reunir e armar apressadamente.

A 7, nas imediações do quartel da Guarda Cívica, foram encontradas, por Antônio Francisco da Silva Fróis, vinte e seis bombas de dinamite, fato atribuído aos partidários castilhistas, nunca porém comprovada tal asserção.

(...)

A 11 voltava a Guarda Cívica a seu quartel, donde já se haviam retirado as forças de patriotas que o ocupavam, sendo recolhido preso ao estado-maior, o capitão da Guarda Nacional Fernando Borges Fortes, acusado de coparticipação no movimento subversivo. (...)”

O Telégrafo Nacional funcionara desde 1871 no prédio da esquina da atual rua Jerônimo Coelho com a praça Marechal Deodoro, ou da Matriz, hoje ocupado pelo Memorial do Ministério Público.

Barreto Leite, da canhoneira Marajó convocou a ajuda do Vice-Presidente Barros Cassal, do Chefe de Polícia e do Comandante da Guarda Cívica, Major Antônio Carlos Chachá Pereira, para debelar a revolta, o que afinal conseguiu com o apoio de alunos da Escola Militar, da Força Policial, de paisanos armados, do 12º Batalhão de Infantaria do Exército, que chegara de Rio Grande pelos dias 6 ou 7, e da canhoneira Camocim.

Wenceslau Escobar, o celebrado autor dos Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893, às páginas 31 e 32 afirmou que Castilhos, para depor Barreto Leite, contava com o apoio incondicional de três coronéis, comandantes de batalhão, e do próprio comandante do distrito militar [General-de-Brigada Antônio Joaquim Bacelar, Comandante Interino do 6º Distrito Militar, de 2 a 8 de fevereiro de 1892], além dos 13º e 30º Batalhões de Infantaria.

Seja como for, o já então Marechal Floriano, Vice-Presidente da República no exercício da Presidência, se ainda não fizera, certamente estava por fazer sem demora sua escolha entre as duas lideranças que sobressaíam na política do Rio Grande do Sul. De um lado, Gaspar Martins, autoritário porém parlamentarista eivado pela tradição monarquista, e de outro, Castilhos, também autoritário mas republicano histórico e sem nenhum

compromisso com o velho regime. Floriano, fossem quais fossem suas convicções íntimas, optara pela República em 1889 e não admitiria nenhum retorno ao modelo político do Império. Portanto, ao perceber a ingerência gasparista no governo do Rio Grande do Sul, decidiu-se pela sustentação do castilhismo, opção que, exercida de modo férreo, irrestrito e irreversível, se mostraria decisiva ao provocar a guerra civil e determinar-lhe o resultado, com consequências indeléveis na política sul-rio-grandense, cujos vestígios perduram até os nossos dias.

O segundo episódio aconteceu em junho de 1892.

Castilhos e seus caudatários marcaram o dia 19 de junho para a sublevação que planejavam há cerca de um semestre. Desde 8 de junho de 1892, o Marechal José Antônio Correia da Câmara, segundo Visconde de Pelotas, passou a ocupar a Presidência do Rio Grande do Sul como Vice-Presidente em exercício, substituindo Barreto Leite. No dia seguinte, Câmara nomeou João Nunes da Silva Tavares, Joca Tavares, como Segundo Vice-Presidente. Em 17 de junho, ante a precipitada sublevação da Guarda Cívica e de outros elementos castilhistas civis e militares, Câmara, sentindo-se impotente para contê-la, transmitiu a Presidência do Estado a Joca Tavares, enquanto Castilhos, reempossando-se nela, de imediato a transferia ao Primeiro-Vice-Presidente, Deputado Federal Vitorino José Ribeiro Carneiro Monteiro, que a exerceria até 27 de setembro.

Em 10 de junho de 1892, o Contra-Almirante Custódio José de Melo, Ministro da Marinha (Salvador, 9 de junho de 1840 – Rio de Janeiro, 15 de março de 1902) determinou aos comandantes das flotilhas sediadas no Estado a mais completa neutralidade, salvo para restabelecer a ordem e a tranquilidade, à requisição do respectivo Governo.

A Flotilha do Rio Grande do Sul, nessa época constituída das canhoneiras Marajó, Camocim e Henrique Dias, era chefiada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Eusébio de Paiva Legey. Em 14 de junho, o Primeiro-Tenente Teotônio Pereira, Secretário de Legey, havia sido procurado pelo Coronel Henrique Guatimozim, Diretor do Arsenal de Guerra, a quem declarou que a Flotilha do Rio Grande do Sul, se solicitada como o fora em 4 de fevereiro, cumpriria as instruções emanadas do Rio de Janeiro. Em 17 de junho, o próprio Legey e seu secretário ouviram do General-de-Brigada Bernardo Vasques, Comandante do 6º Distrito Militar, a afirmação de que também cumpriria essas instruções. Entretanto, ao constatar o apoio do Exército ao levante castilhista, Legey sentiu-se traído por Vasques e demitiu-se do seu comando.

Em 18 de junho, Custódio, ciente da demissão, determinou ao Capitão-Tenente Cândido dos Santos Lara, comandante da Marajó, oficial mais

antigo da Flotilha do Rio Grande do Sul e no exercício do seu comando interino, que se mantivesse neutro na contenda política estadual até a chegada do substituto de Legey, o Comandante Garnier.

Em 21 de junho, Lara, desatendendo à ordem ministerial, declarou a Flotilha do Rio Grande do Sul insurgente contra o Governo Estadual.

Mandou içar a bandeira vermelha. Acolheu a bordo o Tenente Dr. Aníbal Elói Cardoso e Barros Cassal. Cassal, às 9,00 horas, intimou Vasques a abandonar seu cargo no prazo de uma hora. A intimação não teve resposta.

Nessa data, Custódio dirigiu-se a Lara, ordenando-lhe entregasse o comando da Marajó ao Capitão-Tenente Nolasco Pereira da Cunha, que não foi recebido a bordo. Eis a resposta de Lara a essa determinação, conforme reproduzida no referido Esboço Histórico, às páginas 49 e 50:

“Li vosso telegrama. Coloquei-me em posição hostil ao comandante do Distrito. A corporação de Marinha foi atrozmente desconsiderada na pessoa do chefe Legey. Este, desacatado, só tinha dois caminhos a seguir: romper ou retirar-se. Preferiu o último alvitre. Coube-me desafrontar minha classe. General Vasques e chefe Legey, cumprindo ordens desse Governo, acordaram posição neutral em face dos acontecimentos políticos do Estado. A população ficou confiante e tranquila. O chefe Legey, depois de ouvir o compromisso do general Vasques, assegurou, sob palavra de honra, ao marechal Pelotas, que as forças de mar e terra jamais tentariam desacatar sua autoridade. O Visconde cerrou-lhe a mão, dizendo confiar na sua palavra de honra. Momentos depois, do Arsenal de Guerra saíram armamento e munições, que transportados para o recinto da cadeia, foram entregues à polícia e a sentenciados, tirados das prisões. À frente desse grupo sedicioso, iam o coronel Tomás Flores, general Júlio Frota e oficiais subalternos, todos da intimidade do general Vasques. A população acusava a Marinha, na pessoa do chefe Legey, de haver faltado ao seu compromisso de honra. Ontem foi espingardeado pela polícia o cidadão Ernesto Paiva, chefe do movimento de novembro, nesta capital. Tanto isto traz graves consequências para esta desgraçada terra, que nada em sangue! Que, pois, cumpria à Marinha fazer, nesta emergência, ela que foi a alma do glorioso movimento de novembro? Ainda hoje, quando o 1º tenente Cordeiro da Graça vos telegrafava, a meu pedido, foi o escaler de compras apreendido no Arsenal de Guerra e presos os marinheiros que o tripulavam. Foi grande a nossa indignação ao presenciar a ocorrência. Tomando posição e sendo notada a minha resolução, foram imediatamente soltos os marinheiros, que se apresentaram a bordo. A guarnição recusa-se a aceitar mantimentos da cidade, supondo estarem envenenados. Minha conduta, quando a

conhecerdes em detalhe, o que farei em relatório minucioso, será por vós aplaudida porque sempre soubestes colocar a vossa honra militar acima de tudo. Devo ainda comunicar-vos que a Capitania dos Portos foi invadida pela polícia, achando-se a bordo seu delegado, por sentir-se sem garantias. Sobre desacato minha família já vos achais informado. Tenho a bordo meu cunhado, que foi ameaçado pelo chefe de polícia. A situação deste Estado é gravíssima. Ficaí certo de que saberei honrar a Marinha brasileira.”

O Arsenal de Guerra, desde 1866, ficava no cruzamento das hodiernas ruas dos Andradas e Bento Martins, onde foram posteriormente instalados o Estabelecimento Regional de Material de Intendência e o Museu Militar.

No dia 23 de junho, pela manhã, constatou-se a ausência da canhoneira Camocim, que se retirou para Rio Grande, tendo o Capitão-de-Mar-e-Guerra Alvarim Costa, Capitão do Porto, acusado sua chegada sem atitude hostil.

Entretanto, sobreveio a abertura de fogo pela Marajó. Segundo o aludido Esboço Histórico, à página 50:

“(…) Às dez horas, trovoou o primeiro tiro de pólvora seca, disparado pela Marajó, seguido de outros, a intervalos, e logo depois começavam as balas a sibilar por cima do palácio, que era, sem dúvida, na ocasião o ponto visado.

Foram encontradas duas balas nas imediações do Menino Deus, duas metralhas próximas da Estação Telegráfica.

Após cinco ou seis tiros, cessou o bombardeio, adiado para a manhã de 22 (sic) (...)”

Afora um evidente equívoco de datas, o texto copiado revela circunstância interessante. Atirando contra o Palácio do Governo e lançando projéteis nas vizinhanças do bairro Menino Deus, é de se supor que a canhoneira Marajó estivesse fundeada no rio Guaíba, diante do atual Cais Mauá e a leste de uma linha perpendicular traçada desde a Igreja de Nossa Senhora das Dores.

No dia 24 de junho, à tarde, deu-se o grande bombardeio.

Pela minuciosa descrição dos fatos, vale mais uma vez socorrer-se do mencionado Esboço Histórico, trasladando suas páginas 53 até 56:

“(…) Pouco depois das doze horas, rompeu o fogo destruidor, lançando balas às centenas, de artilharia e metralha, sobre a cidade, causando enorme terror na população.

O navio rebelde percorreu o litoral, desde a rua Floriano Peixoto (Bragança) até o Riacho [arroio Dilúvio], como se estivesse a fazer diabólico

passeio, durante o qual despejava projéteis com suma ferocidade, causando grandes estragos materiais.

A esse ataque brutal e inominado, respondeu heroicamente a força de terra, constituída de contingentes do Exército, Guarda Cívica e povo da capital.

Incessante fogo de canhão e cerradas descargas de fuzilaria obrigaram a Marajó a fugir, rumo das Pedras Brancas [Guaíba], desaparecendo em sua derrota para o Rio Grande.

Durou somente meia hora o tremendo combate. Mas a canhoneira revoltosa tinha a bordo duas metralhadoras Nordenfeldt, cada uma das quais lança 700 balas por minuto, além de canhões Armstrong, revólver, de tiro rápido etc., de modo que se pode estimar em 4.200 projéteis, os que mandou à terra.

No dia anterior, a Marajó se apoderara do Cupí, pequeno rebocador da chata que transportava carne verde das Pedras Brancas, e aproveitando-se desta pequena embarcação intimou a todos os comandantes e capitães de navios surtos no porto a que não levantassem ferros.

Quando estava para começar o bombardeio, quiseram aprisionar o Mercedes, ordenando ao respectivo comandante que fosse à Marajó, acompanhando a intimação de alguns tiros de pólvora seca.

O Governo, porém, impediu que se cumprisse esse desejo, do capitão-tenente Lara. Mandou guarnecer devidamente o paquete ameaçado e protegê-lo com improvisados meios de defesa. Nova intimação foi feita, sob pena se ser iniciado imediatamente o anunciado e apavorante bombardeio. Então todas as providências foram ativadas para a resistência contra esse barbarismo requintado, partido de indivíduos irmãos, cegos pela ambição do mando.

Do Arsenal de Guerra saíram seis canhões La Hitte que lhe ficaram colocados à frente, lado do Guaíba. A artilharia foi distribuída em três seções: a 1ª ao lado do trapiche do Lloyd, sob o comando do 1º tenente Júlio Arquimedes Bacelar; a 2ª no cais da Alfândega, às ordens do tenente João Mariot; a 3ª ao lado do Arsenal de Guerra, sob o comando do tenente Vidal, e todas subordinadas ao capitão Antônio Adolfo de Alencastro.

Um contingente do 2º Batalhão de Engenheiros guarnecia a 1ª seção e a 2ª e a 3ª eram protegidas por dois pelotões do 29º de Infantaria. Os artífices do Arsenal de Guerra eram os artilheiros. Em frente do Arsenal de Guerra estendia-se a força restante do 29º sob o comando do distinto tenente-coronel João César Sampaio, que já tinha mandado para o Alto da Bronze, praça General Osório, um pequeno contingente.

Nas proximidades da Cadeia tomaram posição força do Batalhão de Engenheiros dirigida pelo tenente-coronel E. Cavalcanti, e da Guarda Cívica, subordinada ao capitão Manoel Bento da Fontoura Casado. Numeroso piquete de cavalaria estacionava perto do quartel do 29º, em frente à rua Misericórdia.

À medida que a Marajó disparava repetidamente os canhões, enviando às famílias de Porto Alegre uma torrente de balas, singrava lentamente pelo litoral, em torno da cidade, mantendo fogo vivíssimo e selvagem, que iam atingir as ruas, praças, as paredes dos edifícios públicos e particulares, parecendo que deixaria Porto Alegre num monte de ruínas fumegantes, como se fosse, de inopino, revolvida por um abalo sísmico.

Trovoaram os canhões de terra e intensa fuzilaria, incessantemente, despejando balas sobre a Marajó. A artilharia ligeira, sempre protegida de infantaria, seguia os movimentos do navio rebelde, de modo a tê-lo sempre sob os seus fogos. Os populares, armados, auxiliavam poderosamente os militares.

A Marajó sofreu muitas avarias; foi alcançada por tiros de canhão na popa, no casco e nos escaleres. Um canhonaço fê-la desgovernar por alguns momentos; outro, disparado das proximidades do Gasômetro, fê-la meter a borda n'água, obrigando-a a cessar fogo e a desaparecer além das Pedras Brancas para escapar ao alcance dos canhões La Hitte.

Muitos foram os estragos produzidos com bombardeio, tanto em terra, como no rio.

(...)

Uma das primeiras balas caídas em terra, atingiu a casa da família do capitão-tenente Lara.

(...)

No Hotel Castro, à rua da Alegria, foram duas pessoas feridas.

(...)

Quando o general Bernardo Vasques saía do quartel-general, acompanhado de seus ajudantes, uma bala caiu na frontaria do prédio, derrubando pedaços de reboco, um deles atingindo as costas do venerando militar.

É deveras para se admirar que tantas balas despejadas contra a cidade, causando materialmente tantos males só produzissem uma morte e um ferimento, no pessoal combatente. O morto foi o soldado da Guarda Cívica Militão Nunes, natural de Santo Amaro, com 25 anos, e ferido o anspeçada Pedro Ramos, pertencente à mesma força.

A Marajó retirando-se para o Rio Grande, entregou-se às canhonei-

ras Camocim e Henrique Dias, sendo presos o capitão-tenente Lara, oficiais do navio e populares encontrados a bordo. Cassal já havia desembarcado em Itapuã, donde tomou rumo ignorado.

(...)

Por ocasião do bombardeio de 24, parte da Guarda Cívica e os civis que se haviam armado, formaram na frente do Palácio, sob o comando do coronel Tomás Thompson Flores. Depois do combate um esquadrão da força do Estado, andava pelas ruas mantendo a ordem pública. (...)”

Ainda no dia 24 de junho, Custódio intimou Lara a entregar o comando a Nolasco imediatamente, recolhendo-se ao Rio de Janeiro na primeira oportunidade, e nomeou Alvarim Costa comandante da Flotilha do Rio Grande do Sul.

No dia 25 de junho, Alvarim expediu [a Custódio?] o seguinte telegrama, a teor do exposto em A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, de Epaminondas Villalba, às páginas 194 e 195:

“Chegou a Marajó. Nada de hostilidades. Por esta feliz notícia, peço-vos suspendais mau juízo sobre Lara. Ele deseja justificação. Garnier tomou o comando da Marajó. Exército e autoridades civis muito coadjuvaram fortificando o porto. Oficiais ficam presos a bordo, civis entrego comandante militar. Saúdo-vos e ao presidente.”

O sistema de artilharia La Hitte fora assim denominado em homenagem ao general francês Jean-Ernest Ducos, Conde de la Hitte, que o adotara em 1858. Entre 1860 e 1865, o Exército Brasileiro foi armado com três tipos de canhões de campanha desse sistema, com projéteis pesando 4, 6 ou 8 libras – 1, 956, 2,934 ou 5,868 quilogramas – e de calibres 75, 96 ou 121 milímetros, respectivamente, sendo as referências métricas aproximadas. Feitos de bronze, dotados de raias e carregáveis pela boca, foram usados durante a Guerra do Paraguai e, entre 1880 e 1883, substituídos pelos canhões de campanha Krupp de tiro lento, também raiados, feitos de aço e carregáveis pela culatra, de calibres 80 ou 75 milímetros, de muito melhor desempenho. Não há informação acerca do tipo dos canhões La Hitte empregados contra a Marajó. Somente a emergência aconselharia utilizar contra um navio moderno e bem artilhado canhões obsoletos e servidos por canhoneiros improvisados, porquanto parece óbvio que operários de arsenal, por mais familiarizados que estivessem com essas armas, não teriam o tirocínio e o treinamento esperado dos verdadeiros artilheiros.

Não se localizou o trapiche do Lloyd, mas é possível que se projetasse diante das faces norte ou leste do Mercado Público. O cais da Alfândega ficava na atual praça Senador Florêncio, ou praça da Alfândega. O Gasômetro situava-se junto ao atual Centro Cultural Usina do Gasômetro. A Ca-

deia seria a Casa de Correção, localizada no acidente geográfico conhecido como ponta da Cadeia. A rua da Misericórdia estendia-se da praça Conde de Porto Alegre, ou do Portão, até a praça Dom Feliciano, passando pela frente da Santa Casa. A rua da Alegria hoje se chama rua General Vitorino. O Quartel-General do 6º Distrito Militar situava-se na esquina das atuais ruas Andradas e General Canabarro, onde localizado o Quartel-General da 3ª Região Militar.

Não foi encontrada menção a baixas na canhoneira Marajó, mas é provável que ocorressem em razão da viva troca de fogos entre a sua guarnição e as forças de terra, durante cerca de meia hora e a uma distância relativamente curta. Aliás, o cômputo de um morto, três feridos e um contuso sugere que o canhoneio e a fuzilaria fizeram mais barulho do que vítimas, pela falta de localização das pessoas alvejadas, pelo bom resguardo delas, pelo desvio deliberado dos tiros, pelo erro involuntário de pontaria ou por outras causas. Mas é possível que as baixas civis fossem mais numerosas do que sugerido pelo texto acima reproduzido.

Registre-se, a título de fecho para essa preciosa descrição, que o Comando da Flotilha do Rio Grande do Sul foi assumido pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Severino Costa. O Capitão-Tenente Lara, afora a prisão temporária, não sofreu maior punição pela temeridade do seu comportamento indisciplinado. De regresso ao Rio de Janeiro, foi premiado com uma missão distinta, qual seja a de guarnecer o cruzador República, a ser recebido em um estaleiro europeu. Aliás, durante a Revolta da Armada de 1893-1894, essa belonave, sob o comando de Lara, fez parte da Força Naval enviada a Santa Catarina pelo Contra-Almirante Melo, sob a chefia do Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena.

O terceiro episódio ocorreu em 1893.

A canhoneira Marajó achava-se surta no porto de Rio Grande, compondo a Flotilha do Rio Grande do Sul juntamente com suas congêneres Cananéia (capitânia) e Camocim.

No dia 6 de junho, parte da tripulação amotinou-se.

A causa do motim teria sido a aplicação de castigos corporais, mediante chibata. O levante foi liderado pelo Marinheiro-de-Segunda-Classe Jovino de Sá Barreto e perdurou por seis dias. Não há notícia de danos materiais nem pessoais. O navio era comandado pelo Capitão-Tenente Joaquim José Rodrigues Torres Sobrinho.

Afinal dominado o movimento, Jovino e mais dezessete amotinados foram submetidos a procedimento disciplinar.

Essa insurreição não foi um acontecimento isolado, repetindo-se

com conotações semelhantes no cruzador-escola Benjamim Constant, em 1904, e no encouraçado Deodoro, em 1906. Claramente, manifestou a inconformidade da marinhagem para com a multissecular prática de assegurar a disciplina mediante a aplicação de punições corporais. A reação contra essa praxe avolumou-se de caso em caso e culminou na famosa Revolta da Chibata, de 1910.

Visto na perspectiva dos valores geralmente aceitos na atualidade, esse método de sancionar transgressões disciplinares é inconcebível. No entanto, os fatos históricos devem ser analisados conforme os conceitos e preconceitos vigentes na sua época. No final do Século XIX, a sociedade de um modo geral tolerava – quando não preconizava – a ampla aplicação de castigos físicos.

No caso da Marinha de Guerra, a circunstância de poucos oficiais e suboficiais embarcarem com numerosa equipagem de marinheiros, comumente oriundos das mais baixas classes sociais, fazia com procurassem garantir-se contra atos de indisciplina individual ou coletiva, talvez suscetíveis de expor-lhes a vida a risco, mantendo os padrões disciplinares pelos meios mais rigorosos.

Fosse como fosse, a reação contra o castigo corporal, no ambiente naval militar, foi se afirmando aos poucos, até vingar plenamente no início do Século XX.

Em 8 de julho de 1893, o vapor Júpiter entrou no porto de Rio Grande, trazendo a bordo a expedição do Contra-Almirante Eduardo Wandekolk (Rio de Janeiro, 29 de junho de 1838 – Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1902). Não há notícia de que, nessa data lá estivesse a canhoneira Marajó.

Por conseguinte, entre 12 de junho e 8 julho de 1893, a canhoneira Marajó foi deslocada de Rio Grande para o Rio de Janeiro, onde se encontrava na manhã de 6 de setembro, tendo sua tripulação hasteado a bandeira branca, adotada como sinal de adesão à Revolta da Armada que se iniciara nessa data.

Uma boa síntese da origem dessa insurreição é proporcionada por Hélio Leôncio Martins na página 81 de *A Revolta da Armada – 1893*, que forma o Tomo 1 AQ, do Quinto Volume, da *História Naval Brasileira*:

“(…) Neste meio já tão favorável aos distúrbios sociais, avultava um conflito potencial que lhe dava mais força: o autoritarismo militar exercido pelo Exército, exacerbado por Floriano para sua própria segurança, despertava nos quadros da Armada sentimento de inferioridade, de secundarismo, que tivera um interregno de esperança com a Revolta de 23 de novembro de 1891 [a qual forçara a renúncia do Presidente da República, Marechal Deodoro], o posicionamento do Almirante Custódio José de Melo

como poderoso Ministro da Marinha, influenciando em todo o cenário nacional. A primeira manifestação política de desagrado da Marinha foi a eleição do Almirante Wandenkolk para a presidência do Clube Naval, estando ele anistiado da pena que lhe fora imposta pela assinatura da carta dos oficiais-generais de abril de 1892, e tendo-se afastado sigilosamente do País, jurando, pelos jornais, vingança contra o Vice-Presidente. Sua posterior prisão, após a aventura do Júpiter, sem julgamento nem respeito às imunidades parlamentares de que gozava como senador, a recusa pelo Supremo Tribunal do habeas-corpus impetrado por Rui Barbosa e a tentativa de caracterizar o ato de Wandenkolk como “pirataria” hipersensibilizaram o meio naval, assoberbando o espírito de classe, fenômeno muito semelhante, aliás, à maré de indignação que afetara o Exército nos últimos tempos do Império, levando-o até a mudar violentamente o regime. (...)”

A inclusão da canhoneira Marajó na esquadra revoltada pouco acrescentava ao valor combativo desta, pois o navio, alquebrado, estava pronto para ter baixa do serviço.

Não obstante, a veterana canhoneira teve alguma serventia.

Na madrugada do dia 6 de setembro de 1893, a canhoneira Marajó esteve entre as embarcações que protegeram o desembarque de uma força revolucionária na ponta da Armação, acolhendo, juntamente com o encouraçado Sete de Setembro e o transporte Madeira, o embarque dos petrechos bélicos retirados do depósito de artilharia e laboratório pirotécnico da Marinha, ali localizados. E, no dia 8 de setembro, foi empregada, com o encouraçado Aquidabã e os cruzadores República e Trajano, no apoio de artilharia a uma tentativa de desembarque em Niterói, levada a cabo por uma pequena força e repelida pela guarnição governista.

Tanto o encouraçado como o cruzador eram belonaves movidas a vapor ou a vela e vapor, mas o primeiro tinha grande porte, artilharia pesada e proteção mediante couraça, destinando-se essencialmente à batalha naval, enquanto o segundo tinha porte médio, artilharia também mediana e proteção couraçada apenas parcial, sendo suas funções principais o reconhecimento, a escolta, as operações de surpresa, a proteção aos desembarques de tropa e a interdição do comércio marítimo.

O estado da canhoneira Marajó era tão ruim que os revoltosos entenderam preferível abandoná-la. Isso foi feito antes da adesão formal do Contra-Almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama (Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1846 – Campo dos Osórios, Rio Grande do Sul, 24 de junho de 1895) à Revolta, anunciada no dia 9 de dezembro de 1893, porque a organização dada à esquadra revolucionária nessa ocasião não a menciona. Pouco tempo depois de abandonada por sua tripulação, ela foi

tomada e incendiada pelos legalistas, acabando seu casco por repousar sobre um banco, em frente à Ilha de Mocanguê [Grande?].

A vida da canhoneira Marajó foi curta, não chegando a durar oito anos. Poder-se-ia especular que a causa dessa efemeridade foi algum erro de projeto ou vício de construção. Ou uma manutenção imprópria, insuficiente ou mesmo inexistente, talvez postergada em razão das atribulações políticas, econômicas e financeiras sucedidas depois de 1889. Ou, ainda, os maus tratos e a fadiga resultantes dos serviços que lhe foram exigidos, que incluíram pelo menos duas ações de combate.

Como demonstrado, a canhoneira Marajó não teve o final heroico que se costuma prever para todo navio de guerra: afundar em batalha, com os canhões atirando e o pavilhão içado, ou acabar seus dias honrosamente preservado como museu flutuante, para edificação das futuras gerações de marinheiros profissionais ou espirituais.

Caso isso sirva de consolo, é de se supor que, ao longo do tempo, nunca falte quem se empenhe por conservar a lembrança dos seus feitos e a memória todos quantos pisaram seu honroso convés.

Anno IX FEDERAÇÃO — UNIDADE Escritório — Rua dos Andradas 193 Oficinas — Rua dos Andradas 210 e 212 TELEPHONE NUM. 23 ALVARO AUGUSTO DE SOUZA ATILACIO JR. DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO — JULIO DE CASTILHOS E RESPONSÁVEL PELO NOTICIÁRIO: JOAO MAIA	Porto Alegre — Quarta-feira 22 de junho de 1892 A FEDERAÇÃO ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO A FEDERAÇÃO — É A FOLHA DE MAIOR CIRCULAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Num. 140 CENTRALIZAÇÃO — DESMEMBRAMENTO CONDIZES DA RESISTÊNCIA ANOS 1890 PREÇOS Começa em qualquer tempo O pagamento deve ser feito adiantado das três primeiras vezes da subscrição PROPRIETÁRIO — EDUARDO MARQUES
---	---	---

Contra-revolução abortida

Houve três brasileiros abomináveis, três rio-grandenses maus, indignos de pertencerem à comunidade nacional, que pretendiam deter no seu curso impetuoso e violento a revolução gloriosamente reivindicadora dos nossos justos fins de civismo, acerbamente comprometidos e em a sanha medonha a que pudemos termo no dia 17 da corrente!

Degenerados!
 Dentro a trindade maldita, destacamos o misero arruaceiro, o grande criminoso João de Barros Cassal, a quem principalmente se deve o aspecto desolador que neste momento apresenta a nossa bella capital, ainda hontem jubilosamente nte movida pela gloriosa restauração da legalidade, com as suas ruas repletas de transeuntes, os seus numerosos estabelecimentos fabris e o seu importante commercio em agitação fecunda.

De um momento para outro elleprou-se todo esse caracter animador, e dentro em pouco a prospera cidade de Porto Alegre passou a exhibir o aspecto sombrio de uma terra próxima a ser invadida por inimigos temerosos e implacáveis: centenas e centenas de famílias, affilietas senhoras, innocentes crianças, attribuidos ancidos affastaram-se precipitadamente para fóra da capital; todo o commercio fechou suas portas; os consulados e muitos estrangeiros hastearam nos predios de suas residencias as bandeiras das respectivas nações; cessou o transeio nas ruas; como que pairava no ar alguma coisa de sinistro, vaticinadora de desgraças imminentes.

Um horror!
 E tudo isso acontecia porque João de Barros Cassal, esse infeliz sujeito que havia pouco entregara aos inimigos da Republica, por impotente, incapaz e indigno, o governo do Rio Grande do Sul, teve o atrevimento de impor ao honrado e valente general Bernardo Vasques a entrega do commando do 6º districto militar, sob pena de arrasar a cidade com um bombardeamento selvagem!

Sim: conseguindo fazer mais dois traidores da Patria e da Republica, o capitão-tenente Candido dos Santos Lara, ex-mandante da flotilha, e o tenente Aníbal Eloy Cardoso, João de Barros Cassal, acompanhados do segundo, embarcou no Marajó.

Dahi, ás 9 horas da manhã, em nome das forças de terra (e da marinha e do povo (!)), João de Barros intimou o alludido general a abandonar, dentro de uma hora, a importantissima commissão de que o investira o governo federal

Consentido dos seus altos deveres, official pundonoroso e prestigiado pelo apoio das numerosas forças do exército revolucionarias que estacionam no Rio Grande do Sul, o general Bernardo Vasques desprezou a intimação ridícula, cujos resultados até hoje temos limitado a apavorar a população, a dar á cidade o aspecto sombrio de uma necropole, a provocar a mais decidida indignação, da parte de nacoes e estrangeiros, cujas vidas e interesses a trindade traidora ameaçava dizimar com um bombardeio horrivel.

Para tornar efectiva a ameaça dos negregados pateticos, as canhoneiras Marajó e Camocim assumiram posição, ostentando o rubro signal de revolta. O general Bernardo Vasques tomou logo as cautelas que o momento aconselhava, pondo de promptidão todas as forças sob o seu commando.

A guarda civica poz-se tambem em movimento e um dos seus esquadrões percorreu a rua dos Andradas, espalhando grupos suspeitos á ordem publica.

O partido republicano, representantese de diferentes classes sociais cunhamaram-se para o palacio, onde cercaram o sr. vice presidente, promptos a defende-lo em qual quer emergencia.

Para auxiliar, a guarda civica, formou immediatamente uma numerosa e luzida força composta de paisanos em sua totalidade, e a 10 horas da manhã em chefe do senador Ramiro Barcellos.

Parte d'essa força ficou em palacio, e parte entrincheirou-se no jardim da praça General Decodoro.

E' indescriptivel o entusiasmo reinante no seio da multidão armada que occupava o palacio e a praça.

Esse enthusiasmo subiu de ponto, chegando mesmo a um delirio patrioticamente commoveo, quando rompeu o fogo de artilharia da Marajó, em direcção á sede do governo constitucional do Estado.

A's 10 horas detonou o primeiro tiro, de pólvora secca.

Seguiram-se outros da mesma natureza, e após as balas começaram a causticar por cima de palacio.

Ca la tiro que fazia estremecer o solo, cada bala que sybilava era recebido com phreneticos e unânimes brados levantados pelas forças.

A Republica ou a morte! Viva a legalidade! Viva o Rio Grande do Sul! — eram acclamações entusiasticas que se seguiam ao travejo do canhão rebelde.

Duas d'essas balas foram encontradas nas immedições do Menino Deus. Proximo á estação telegraphica foram encontradas duas metralhas.

Depois de cinco ou seis tiros, o fogo cessou, ficando a continuação do bombardeio adiado para esta manhã.

Por todo o littoral foram extendidas linhas de vigilantes, afim de impedirem communicação para bordo das canhoneiras.

Durante a noite foram levantadas duas trincheiras: uma á rua 7 de Setembro, perto do arsenal de guerra, outra á praça da Harmonia.

Novas trincheiras serão collocadas ártillaria.

O patriótico vice-presidente da Republica, logo que teve conhecimento do grave attentado commettido pelos officiaes que estão a bordo das canhoneiras, dirigiu successivos telegrammas

ao general Bernardo Vasques, conferindo-lhe plenos poderes para soffocar a rebelião.

Ao governo do Estado tem tambem telegraphado seguitamente o general Floriano Peixoto, assegurando-lhe tambem todo o seu apoio.

O fim de João de Barros Cassal, imitando em nome das forças de terra e de marinha o general Bernardo Vasques a abandonar o commando do districto, era, o maisquillo caso-objectivo inenarravel, derubar o governo constitucional do Estado, essa obra monumental e patriótica sagrada de novo pela grandiosa revolução triumphante a em quasi todo o Estado.

Mal Italia, além de nefanda e hedionda, é, porém, a tentativa traiçoeira dos grandes réus, dos repellentes réus de esse patriotismo.

Milhares e milhares de homens estão hoje em pé de guerra em toda a vasta e egendaria terra rio-grandense, para pararem a todo trance a conquista gloriosa da Republica.

Além d'esses poderosos elementos de existencia, o governo do Estado conta com o franco e decidido apoio do governo federal, como teráo verificado os nossos leitores pelos telegrammas que nous expulhamos em boletins e alludido hoje apparecem nesta folha.

Por tanto, o governo estadual, auxiliado pelo da Republica, esmagará victoriosamente as impatrioticas tentativas de revolta levadas a effeito por falsos amigos da Patria, punindo inexoravelmente os responsaveis pelas horas amargas que a sociedade porto-alegrense está experimentando.

Garantimos que, dentro em pouco, a população voltará á sua vida normal, e o governo ao seu mister fecundo, ininterrompido pelo misero arruaceiro a quem cabe principalmente a responsabilidade de pelo que está acontecendo.

Logo que se rebelião, foi o capitão-tenente Lara demittido, pelo ministro da marinha, do cargo de chefe da flotilha.

Para substituir o traidor interinamente foi nomeado pelo alludido ministro o capitão-tenente Francisco Nolasc Pereira da Cunha.

Lara não se deu por demittido, recusando-se a passar o commando da flotilha ao seu substituto legal.

Hoje, desde o amanhecer, não se vê no rio Quahya a Camocim.

Diz-se que o vapor Mercúrio, chegado hoje do Rio Grande, encontrou essa canhoneira na altura do Itapuan.

A Marajó continúa com o signal de guerra arvorado, em frente ao arsenal.

Devido aos ultimos successos todos os jornaes diarios deixaram de ser publicados, hontem á tarde e hoje todo o dia, exceptuando a Federação que ora apparece.

Notícia sobre o bombardeio da Marajó à Porto Alegre. A Federação, Anno IX, Num. 140, Porto Alegre, 22 de junho de 1892.



VILLALBA, Epaminondas. A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO RIO GRANDE DO SUL (Documentos e Commentarios). PLANTA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE - Combate de 24 de Junho de 1892, Comp. Typ. do Brazil, encartada entre as pp XXXVIII e XXXIX. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

REFERENCIAS

- ALVES, Tenente-Coronel J. V. Portella F.. Seis Séculos de Artilharia. A História da Arma dos Fogos Largos, Poderosos e Profundos. Biblioteca do Exército – Editora, Rio de Janeiro, 1959.
- CARNEIRO, David. História da Guerra Cisplatina. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1983.
- CORTESÃO, Jaime (introdução e notas). Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641). Manuscritos da Coleção De Angelis. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1969.
- COSTA, Dídio. Saldanha, Almirante L. Ph. De Saldanha da Gama. Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 1944.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. A Diplomacia do Marechal. Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada. 2ª edição, Editora Universidade de Brasília e Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1979.
- ESCOBAR, Wenceslau. Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1983.
- FORTES, General Heitor. Velhos Regimentos. Ensaio sobre a Artilharia de Campanha Brasileira de 1831 a 1959. Biblioteca do Exército – Editora, Rio de Janeiro, 1964.
- FRAGOSO, General-de-Brigada Augusto Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. 2ª edição, Biblioteca do Exército - Editora, Rio de Janeiro, 1951.
- FRAGOSO, General-de-Brigada Augusto Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Volumes I e II, 2ª edição, Biblioteca do Exército – Editora, Rio de Janeiro, 1956 (Volume I) e 1957 (Volume II).
- FRANCO, Sérgio da Costa. A Guerra Civil de 1893. 2ª edição ampliada, Renascença e EDIGAL, Porto Alegre, 2012.
- FREIRE, Felisbelo. História da Revolta de 6 de Setembro de 1893. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982.
- GARCIA, Fernando Cacciatore de. Fronteira Iluminada. História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul a Partir do Tratado de Tordesilhas 1420 – 1920. Editora Sulina, Porto Alegre, 2010.
- GOLIN, Tao. A Fronteira 1763 – 1778. História da Brava Gente e Miseráveis Tropas de Mar e Terra que Conquistaram o Brasil Meridional. Volume 3, Méritos Editora, Passo Fundo, 2015.
- MAGALHÃES, Coronel João Batista. A Consolidação da República Ensaio para a Filosofia da História do Brasil). Biblioteca Militar, Rio de Janeiro,

1946.

- MAIA, Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (Tentativa de Reconstituição Histórica). Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1965.
- MARTINS, Hélio Leôncio. A Revolta da Armada – 1893. História Naval Brasileira, Quinto Volume, Tomo I A, Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 1995.
- MONTEIRO. Jonathas da Costa Rego. A Colônia do Sacramento 1680-1777. Volume I, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1937.
- PALHA, José E. Garcez. Efemérides Navais. Resumo dos Fatos mais Importantes da História Naval Brasileira desde 1º de Janeiro de 1822 a 31 de Dezembro de 1890. 2ª edição (revista e atualizada), Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 1983.
- PEREIRA, Major Miguel José. Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Volume I, 2ª edição, Oficinas Gráficas da Brigada Militar, 1950.
- PEREIRA, Chefe-de-Divisão Jacinto Roque de Sena. Memórias e Reflexões sobre o Rio da Prata. 1ª Parte, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Ano XI, II Trimestre, Porto Alegre, 1931.
- PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Primeira e Segunda Partes, Livraria Selbach, Porto Alegre, 1954.
- RIO BRANCO, Barão do. Efemérides Brasileiras. Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1946.
- SILVA, Vice-Almirante Augusto Carlos de Souza e. O Almirante Saldanha Comandante em Chefe na Revolta da Armada. Reminiscências de um Revoltoso. Editora A Noite, Rio de Janeiro, 1939.
- VIDIGAL, Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro. Biblioteca do Exército – Editora, Rio de Janeiro, 1985.
- VILLALBA, Epaminondas. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. EDIGAL, Porto Alegre, 2017.